

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA SUPERINTENCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDONIA:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 532/KAPA/SUPEL/2019

LIFE COMERCIO E SERVIÇOS - EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 33.070.387/0001-01, com sede na Av. Goiás, 971, qd. 13, lt. 103, sl. 104, ed. Princesa Isabel - CEP 74.015-200. Goiânia - goiás, por seu representante ao final assinado, vem, tempestivamente, com o devido acata a presença de Vossa Senhoria para apresentar suas

CONTRARRAZÕES

ao recurso interposto pela empresa ALUMÍNIO ARQUITETURA & CONSTRUÇÕES LTDA., já devidamente qualificada, nos seguintes termos:

Cumpridas as formalidades legais e de praxe, requer deste culto Pregoeiro se digne em negar provimento ao referido recurso, por ser medida de direito e inteira JUSTIÇA.

EMÉRITO JULGADOR,

O recurso interposto pela empresa ALUMÍNIO ARQUITETURA & CONSTRUÇÕES LTDA., contra a respeitável decisão que classificou e sagrou a Recorrida vencedora habilitando-a no certame, não merece qualquer guarida, por nítida intenção de tumultuar o feito e sem qualquer lastro em prova, conforme será demonstrado ao se refutar uma a uma das razões do recurso, na ordem exposta pela Recorrente, conforme segue.

I – SÍNTESE PROCESSUALÍSTICA E RAZÕES PARA O IMPROVIMENTO DO RECURSO:

A ora Recorrida sagrou vencedora do LOTE 02 do presente certame, para o fornecimento de conjunto de embarcação/motor/reboque, conforme especificações contidas no Edital.

E a razão da Recorrida ter sagrado vencedora foi só uma, apresentou o MENOR PREÇO, garantindo o tipo de licitação, O MENOR PREÇO.

Indignada e inconformada, por ter perdido mais uma venda para recorrida, a Recorrente apresentou intenção de recurso e suas razões recursais.

Veja que a Recorrente, em suas razões de recurso contenta-se citar os itens 6.1; 6.2; 6.3 e 6.5 do Termo de Referência do Edital, para em seguida, aduzir que a empresa Recorrida teria apresentado o nome de uma pessoa física, como sendo o responsável técnico pela assistência técnica, com registro em outro Estado, o que não atenderia ao Edital para comprovar a assistência técnica.

Entretanto, de tais razões, com a máxima vênia, chega-se a conclusão imediata que a Recorrente tem intensão somente de tumultuar o certame, por não ter sido a vencedora.

Ora Nobre Julgador, para isso, basta ver que as razões da Recorrente são totalmente desconexas da realizada dos documentos de habilitação inclusivos no certame.

Pois, a Recorrente vem afirmando que a Recorrida teria apresentado uma pessoa física com responsável técnico, com registro em outro Estado.

O que é muito estranho, uma vez que a Recorrida não apresentou qualquer documentos afirmando que uma pessoa física seria a responsável técnica pela assistência nos objetos.

Fica parecendo que a Recorrente, não vendo saída para modificar a r. decisão desta Comissão, passou a criar um engodo, para levar a Comissão em erro e inabilitar a Recorrida.

Só que suas razões de recurso ficaram somente no campo hipotético, nada de prova trouxe aos autos a demonstrar que a Recorrida não teria assistente técnica no local.

Infelizmente a Recorrente vem tratando o seu recurso somente no campo hipotético, como se esta comissão de licitação fosse um Órgão de consultivo.

E para arrebatrar as infundadas alusões da Recorrente, basta analisar que os itens 6.1; 6.2; 6.3 e 6.5 do Termo de Referência do Edital, citados pela Recorrente, não está aí exigindo que a empresa declarada vencedora apresente documentos contendo informações, dados, endereços etc, das assistências técnicas.

Ao contrário, tais itens determinam o tempo de garantia mínima de 12 meses; que tenha assistência técnica na cidade de Porto Velho; descreve na proposta os termos da garantia adicional oferecida pelo fabricante.

Só que tais exigência constaram da PROPOSTA DA RECORRIDA e não resta dúvida disso, basta olhar.

E outra, a despeito não trazer no recurso, mas para deixar segura a decisão desta Comissão, qualquer concessionária ou autorizada da marca ofertada, é obrigada a prestar a devida assistência técnica na máquina, não importa quem seja o proprietário.

Veja bem Nobre Julgador, a garantia e assistência técnica da máquina, não perde ou deixa de existir quando há transferência de propriedade.

Portanto, é uma falácia qualquer induzimento de que a concessionária ou autorizada não tem obrigação de prestar assistência técnica em máquinas por ela não vendidas.

Ora, a garantia e assistência técnica segue é o objeto, e não o proprietário.

E para excluir qualquer dúvida, segue a relação a técnica:

Nome Empresarial: Israel Moraes dos Santos 61683540263

Cnpj nº 13.785.133/0001-62

End. Rua Raimundo, Cantuaria, nº 2394 Bairro Mato Grosso – Porto Velho – Rondônia.

E-mail: Israelpintura78@gmail.com

Tel. (69) 9.8117-0781.

O que tudo isso demonstra, é que a Recorrente quer faturar, lucrar, acima de tudo, pois, quer ver quem apresentou menor preço ser inabilitada para que seja a convocada com o preço maior.

Por isso, não se pode perder o sentido da LICITAÇÃO, favorecer a concorrência entre diversas empresas, para se chegar ao menor preço, o que garante o tipo de licitação, o MENOR PREÇO.

Portanto Nobre Julgador, não tem qualquer sustentação jurídica a tese da Recorrida.

Desta feita Nobre Julgador, analisando os documentos apresentados pela Recorrida, com as exigências contidas no Edital, não há nada a ser reparado com a r. decisão que habilitou a Recorrida.

A r. decisão foi acertada, garantindo o MENOR PREÇO, além de que na prática, a despeito de não exigência do Edital, está observando a melhor marca, respeitando o melhor interesse da Administração Pública.

Assim, o recurso não encontra fundamento jurídico em suas razões, nem mesmo no próprio Edital, o que faz necessário o seu desprovimento.

E outra, a eventual inabilitação da Recorrida por esse simples motivo, evidencia nítido desvio quanto aos princípios da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objeto, moralidade, proporcionalidade, razoabilidade e da busca pelo interesse público.

Isso porque, a exigência de comprovação afeta à qualificação técnica deve estar restrita ao mínimo indispensável à execução do objeto, nos termos estabelecidos pelo art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal.

Nesse sentido, veja o julgado:

“Visa a concorrência a fazer com que o maior número de licitantes se habilitem, para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes aos seus interesses. Em razão desse escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconsistentes com a boa exegese da lei devem ser arredados. Não deve haver nos trabalhos nenhum rigorismo e na primeira fase da habilitação dever ser de absoluta singeleza o procedimento licitatório”. (TJRGS – RDP 14, pág. 240). (Grifo nosso).

Por isso, não merecem qualquer reparo a r. decisão.

E não se pode deixar passar, que é inadmissível admitir recursos baseados em hipóteses e presunções, e competia a Recorrente trazer aos autos provas de que a empresa vencedora não teria capacidade técnica para cumprir com o objeto licitado, e não aduzir dúvidas infundadas como fosse bastante para ver desclassificada a empresa vencedora.

Nesse sentido veja a jurisprudência:

"RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. Processual Civil. Razões de apelo que reproduzem os termos da contestação. Ausência de contraposição do julgado singular. Sentença de procedência confirmada por seus próprios termos. Improcede demanda indenizatória quando, pelo que consta dos autos, não existe prova do fornecimento de peças e prestação de serviço do autor para se reconhecer débito da empresa ré. A parte autora incumbe comprovar as alegações trazidas a embasar o pedido inicial. Inteligência do art. 333, inc. I, do CPC. Ausente prova dos fatos constitutivos do direito subjetivo reclamado, o julgamento deve ser em desfavor daquele sobre quem recaía tal ônus. Aplicação do princípio do onus probandi. Apelação desprovida. Sentença mantida. Decisão unânime." (Apelação Cível Nº 70031097835, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 24/06/2010). (Grifei).

Ademais ressaltar que o exame dos documentos que se realiza na fase de habilitação tem por base o edital, e não à vontade, interpretação de participantes na licitação. De sorte que deve ser mantido no certame o proponente que obedece integralmente aos termos e condições desse instrumento convocatório, como ocorre no presente caso.

Portanto, referidas deixas da Recorrente não tem razão de ser, o que gera o improvimento do recurso.

II – DA HABILITAÇÃO:

Segundo a melhor doutrina o vocábulo habilitação indica tanto a fase procedimental como a decisão proferida pela Administração e, resumidamente, consiste no conjunto de atos orientados a apurar a idoneidade e a capacidade de um sujeito para contratar com a Administração Pública. E essa habilitação sujeita-se ao disposto na lei e no ato convocatório.

O professor Marçal Justen Filho em sua obra, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 10ª ed., Ed. Dialética, SP-2004, é preciso em seu ensinamento quanto comenta a respeito da habilitação, notadamente da qualificação técnica.

Para o autor, a exigência para a habilitação é a mínima, senão veja o seu entendimento:

"Os requisitos de habilitação consistem em exigências relacionadas com a determinação da idoneidade do licitante. É um conjunto de requisitos que se poderiam dizer indiciários, no sentido de que sua presença induz a presunção de que o sujeito dispõe de condições para executar satisfatoriamente o objeto licitado. (...). É inviável o ato convocatório ignorar os limites legais e introduzir novos requisitos de habilitação, não autorizados legislativamente." (Pág. 296).

"Tem de interpretar-se a Lei nº 8.666 na acepção de que qualquer exigência, a ser inserida no edital, tem de apresentar-se como necessária e útil para aquele caso concreto. Isso significa, inclusive, reputar que o elenco da Lei contempla um limite máximo de exigência, não um limite mínimo. A Administração não é obrigada a exigir, no caso concreto, todos os requisitos de habilitação referidos nos arts. 27 e seguintes. Alguns são imprescindíveis em todos os casos. Mas há requisitos cuja exigência é facultativa, dependendo das circunstâncias. Existe, portanto, margem de discricionariedade para a Administração. Caber-lhe-á adotar a melhor alternativa, o que significa dimensionar os requisitos de habilitação segundo as peculiaridades do contrato a ser executado." (Pág. 299).

"Pode afirmar-se que, em face da Constituição, o mínimo necessário à presunção de idoneidade é o máximo juridicamente admissível para exigir-se no ato convocatório." (Pág. 300).

"O elenco dos arts. 28 a 31 deve ser reputado como máximo e não como mínimo. Ou seja, não há imposição legislativa a que a Administração, em cada licitação, exija comprovação integral quanto a cada um dos itens contemplados nos referidos dispositivos. O edital não poderá exigir mais do que ali previsto, mas poderá demandar menos". (Pág. 302).

"Essa interpretação foi adotada pelo próprio STJ, ainda que examinado a questão específica da qualificação econômica. Determinou-se que 'não existe obrigação legal a exigir que os concorrentes esgotem todos os incisos do artigo 31, da Lei 8.666:93' (REsp 402.711-SP, rel. Min. José Delgado, j. em 11.6.2002). Os fundamentos que conduziram à interpretação preconizada para o art. 31 são extensíveis aos demais dispositivos disciplinadores dos requisitos de habilitação." (Pág. 302).

"A Administração não tem liberdade para impor exigências quando a atividade a ser executada não apresentar complexidade nem envolver graus mais elevados de aperfeiçoamento. Especialmente em virtude da regra constitucional (art. 37, XXI), somente poderão ser impostas exigências compatíveis com o mínimo de segurança da Administração Pública. A regra geral é sempre a mesma: não poderão ser impostas exigências excessivas ou inadequadas. (...)." (Pág. 317).

"7) Comprovação da Aptidão para Desempenho (inc. II)

A Lei alude à comprovação da aptidão para execução do objeto licitado. Essa aptidão pode derivar de inúmeros

fatores, tais como o domínio de técnicas específicas, a existência de pessoal especializado, a disponibilidade de equipamentos apropriados e assim por diante.” (Pág. 319).

Portanto, não resta dúvida que a documentação encaminhada pela Recorrida comprova a habilitação exigida no Edital, devendo o recurso apresentado pela Recorrente ser improvido.

III – DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE:

Como ressaltado de relance, o EDITAL é lei do procedimento licitatório e, como tal, a Administração Pública deverá respeitá-lo sob pena de serem anulados seus atos.

Frise-se que o administrador tem a sua atividade sujeita aos ditames da lei. Vale dizer, se a lei nada dispuser, não pode a Administração Pública agir.

Desta forma, o princípio da legalidade é o da completa submissão da Administração às leis, daí que a atividade de todos os seus agentes só pode ser a de dóceis, reverentes, obsequiosos cumpridores das disposições gerais fixadas pela Lei, segundo a nobre lição de Celso A. Bandeira de Mello.

O princípio da legalidade encontra previsão expressa na nossa Constituição Federal, precisamente no art. 5º, inciso II, in verbis:

“Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”.

Nesse diapasão é o entendimento do Prof. Diógenes Gasparini:

“O princípio da legalidade, resumido na proposição suporta a lei que fizeste, significa estar a Administração Pública, em toda a sua atividade, presa aos mandamentos da lei, deles não se podendo afastar, sob pena de invalidade do ato e responsabilidade de seu autor. Qualquer ação estatal sem o correspondente calço legal, ou que exceda ao âmbito demarcado pela lei, é injurídica e expõe-se à anulação”. (GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo, 4ª ed., 1995, Saraiva, pág. 6).

Portanto, a r. decisão que classificou/habilitou a Recorrida está em perfeita consonância com o Edital.

IV – DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:

Pode-se afirmar que no caso de licitações é inquestionável o atendimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório. O edital é a lei para o procedimento licitatório. É o que dispõe o art. 3º da Lei 8.666/93:

“Art. 3 – A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.”

E é o entendimento jurisprudencial, in verbis:

“O princípio da vinculação do instrumento convocatório veda a realização de procedimento em desconformidade com o estabelecido previamente no edital. Como lei interna da licitação, ao edital tudo se vincula. Nem os documentos de habilitação nem as propostas podem ser apresentados em desconformidade com o que foi solicitado no instrumento convocatório, nem o julgamento do certame pode realizar-se senão sob os critérios nele divulgados. Tampouco o contrato poderá desviar-se de sua matriz o instrumento convocatório de modo a descaracterizar essa vinculação.” Grifo nosso (TJSC – AC nº 99.005517-5, de Chapecó. Des. Rel. Newton Trisotto).

Não é demais ressaltar, que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório submete tanto os interessados na licitação como a Administração Pública licitante à rigorosa observância dos termos e condições do edital.

Nesse diapasão, é a posição da melhor doutrina, veja a posição do professor Diógenes Gasparini:

“Esse princípio é reafirmado no art. 41 desse mesmo diploma legal, que estabelece: ‘A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada’. Nesse sentido já decidiu o Tribunal de Justiça de São Paulo no Acórdão nº 222.019-SP (RDP, 26:180). ‘Nem se compreenderia’, diz Hely Lopes Meirelles (Direito administrativo, cit., p. 250), ‘que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitante e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e proposta em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41)’.” Grifo nosso.

Portanto, a r. decisão que classificou/habilitou a Recorrida está em perfeita consonância com o Edital, com respaldo, inclusive, na própria Lei de Licitação.

Portanto, não resta dúvida que o Edital deve ser observado por todas as partes, e o ato que o desrespeitar deverá ser anulado.

V – DO JULGAMENTO OBJETIVO:

Como cediço, a licitação é um procedimento administrativo disciplinado por lei e por um ato administrativo prévio, que determina critérios objetivos de seleção de proposta de contratação mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, conduzido por um órgão dotado de competência específica.

Sabe-se, ainda, que a Lei de Licitações proíbe, de modo expresso, critérios ou fatores ocultos ou sigilosos, devendo ser aplicada a mais absoluta objetividade no julgamento.

Sendo assim, ao classificar/habilitar a empresa ora Recorrida em nítido respeito ao próprio edital, como acima demonstrado, decorre em nítido respeito ao Princípio do Julgamento Objetivo, que encontra previsão no 44, §1º, da Lei 8.666/93, senão veja:

“Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

§ 1º É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.”

Segundo Marçal Justen Filho,

“Em termos amplos, a objetividade significa imparcialidade mais finalidade. O julgamento objetivo exclui a parcialidade (tomada de posição segundo o ponto de vista de uma parte). Mas isso é insuficiente. Além da imparcialidade, o julgamento tem que ser formulado à luz dos valores protegidos pelo Direito. A tutela de interesses supra-individuais não autoriza, contudo, ignorarem-se as disposições norteadoras do ato convocatório e da Lei. Não se admite que, a pretexto de selecionar a melhor proposta, sejam amesquinhas as garantias e os interesses dos licitantes e ignorado o disposto no ato convocatório”. (JUSTEN FILHO. Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª Edição. São Paulo: Editora Dialética, 2009, p.588).

Do quanto exposto, vê-se que caso seja modificada a r. decisão que classificou/habilitou a ora Recorrida, caracterizará DESVIO DE PODER, conforme decisão emanada do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, transcrita abaixo:

Jurisprudência do Tribunal de Justiça do PR:

“A licitação visa propiciar à Administração selecionar a proposta mais vantajosa e aos licitantes igual oportunidade de concorrerem. O edital, a lei interna a regular o procedimento, deve conter todas as condições, bem como os critérios a serem observados no julgamento, NÃO SENDO ADMISSÍVEL SEJAM OS CONCORRENTES SURPREENDIDOS COM CRITÉRIOS DOS QUAIS NÃO TINHAM CONHECIMENTO. A IGUALDADE DE TRATAMENTO ENTRE OS LICITANTES, É PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL QUE DESATENDIDO CONSTITUI EM DESVIO DE PODER” (TJ/PR – Reex. Nec. 40/83 – Ac. 2.335 – 2ª Câmara. Cív. – Rel.: Des. Ossian França – j. em 23.11.83 – Fonte: Banco de Dados de Jurisprudência do TJ/PR).

Portanto, como já dito, a r. decisão deverá ser mantida em sua íntegra.

VI – DO PEDIDO:

DIANTO DO EXPOSTO, a Recorrida vem à presença de Vossa Senhoria para apresentar suas contrarrazões de recurso, para que, no mérito, negue provimento aos recursos apresentados, mantendo a r. decisão que classificou/habilitou a Recorrida, por questão de íntegra JUSTIÇA, até porque apresentou o menor preço.

Termos em que,
espera e pede deferimento.

Goiânia/Go, 04 de maio de 2020

Life Comercio e Serviços - EIRELI

Fechar